



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,  
POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO DOCUMENTO DE POLÍTICA DE  
TIMOR-LESTE SOBRE FRONTEIRAS MARÍTIMAS**

**Díli  
29 de agosto de 2016**



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Díli, Timor-Leste

Distintos Membros do Parlamento Nacional

Membros do Governo

Membros do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas

Distintos convidados

Senhoras e senhores,

É com prazer que estou aqui hoje a lançar o Documento de Referência da Política de Timor-Leste sobre fronteiras marítimas.

Este documento conta a história da luta de Timor-Leste pelos direitos soberanos sobre os seus mares – do passado até ao presente, e o que isto significa para o futuro.

O documento resume os princípios relevantes do direito do mar e define a posição de Timor-Leste sobre onde se devem situar as suas fronteiras marítimas segundo o direito internacional.

Hoje, no mesmo dia em que lançamos este documento onde partilhamos a nossa história com o mundo, Timor-Leste apresenta também publicamente o seu caso numa audiência aberta no Palácio da Paz, em Haia. Isto faz parte do processo de conciliação obrigatória com a Austrália, o qual iniciámos para resolver a nossa disputa relativamente às fronteiras marítimas.

Daqui a aproximadamente 20 minutos, o nosso Chefe de Equipa de Negociações para as Fronteiras Marítimas, Sua Excelência o Ministro Xanana Gusmão, usará da palavra no Palácio da Paz para apresentar a história de Timor-Leste perante a comissão de conciliação.

Estará acompanhado pelo nosso Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros, Sua Excelência Ágio Pereira, na qualidade de nosso Representante no caso, e pela Diretora Executiva do Gabinete das Fronteiras Marítimas, Elizabeth Exposto, como nossa Representante Adjunta.

A audiência de hoje será transmitida em direto para o mundo através da internet, pelo que se a tecnologia assim o permitir poderemos em breve ver nos ecrãs o nosso Chefe da Equipa de Negociações a fazer a sua apresentação.

Como sabem, a delimitação de fronteiras marítimas é uma prioridade nacional para o Governo de Timor-Leste.

É com muito orgulho que estou aqui hoje – na altura em que a audiência aberta na conciliação obrigatória está prestes a começar – a lançar o Documento Político de Timor-Leste.

Esta é verdadeiramente uma ocasião histórica.

Este documento dá-nos um panorama sucinto da nossa história como nação, a história das nossas questões relativamente às fronteiras marítimas, um resumo do direito internacional relevante e, principalmente, a nossa posição sobre o sítio onde acreditamos que as nossas fronteiras marítimas devem ser definidas, segundo o direito internacional.

Timor-Leste tornou-se o 191.º membro das Nações Unidas a 20 de maio de 2002, sendo que ainda hoje somos uma das nações mais jovens do mundo.

Desde então percorremos um longo caminho e temos muito do que nos orgulhar. Consolidámos uma democracia vigorosa, com mercados abertos e um Estado de direito. Assentámos os alicerces de um Estado bem-sucedido, garantimos a paz e a estabilidade e temos vindo a desfrutar de um forte crescimento económico.

A nossa nação tem sido construída com base na resiliência e determinação do povo timorense, contando com o apoio de muitos parceiros internacionais.

Mas a luta pela nossa soberania ainda não terminou. A fronteira final é o território marítimo de Timor-Leste.

Falta-nos ainda concluir as fronteiras marítimas com os nossos dois vizinhos: a Indonésia e a Austrália.

Timor-Leste e a Indonésia tornaram-se bons amigos e continuam a ser um modelo global de reconciliação. A Indonésia e Timor-Leste concordaram em encetar negociações bilaterais sobre as fronteiras marítimas em conformidade com o direito internacional. Estas negociações já tiveram início.

Em contrapartida, e apesar dos nossos convites, a Austrália tem-se recusado a negociar connosco. Na verdade, a Austrália retirou-se dos procedimentos obrigatórios relevantes para resolução de disputas ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 2002 – na véspera da restauração da nossa independência.

Isto privou-nos do nosso direito a ter um árbitro independente que resolvesse esta questão.

Em abril, Timor-Leste iniciou o processo de conciliação obrigatória. Trata-se de um processo desenhado especificamente para casos como o de Timor-Leste, em que um país se encontra em disputa com outro que se retirou dos processos vinculativos para resolução de disputas.

A comissão de conciliação obrigatória é constituída por cinco peritos eminentes e independentes – do Canadá, Alemanha, Austrália, Serra Leoa e Dinamarca.

A comissão ouvirá ambas as partes e entenderá os factos e a posição de cada país. Se durante este período não for possível chegar-se a um acordo, a comissão enviará um relatório ao Secretário-Geral das Nações Unidas com recomendações visando uma resolução.

A Austrália e Timor-Leste serão, então, obrigados a negociar de boa-fé com base no relatório da comissão.

Estamos confiantes de que este processo nos permitirá chegar a um acordo sobre as nossas fronteiras marítimas. Acreditamos que o podemos fazer de uma forma que junte a Austrália e Timor-Leste num espírito de cooperação e confiança, assente na boa vontade e no direito internacional.

Ter fronteiras marítimas definitivas é muito importante para o povo de Timor-Leste.

Estas fronteiras darão segurança a muitas das nossas indústrias e serviços, incluindo alfândegas, segurança, serviços de imigração, turismo e pescas.

Esta segurança irá reforçar a confiança e encorajar os negócios e os investimentos, o que conduzirá à criação de emprego. Isto, por sua vez, irá dinamizar a nossa economia e contribuir para a construção de um futuro próspero para o nosso povo.

É assim com prazer que lanço este Documento Político – em nome do Governo de Timor-Leste – que delinea exatamente o que Timor-Leste pretende e que explica o porquê dessas pretensões.

Ao expor a nossa posição de forma clara, este documento conta a nossa história. Acredito que se virá a tornar uma declaração oficial sobre a história e o direito do mar relevantes na medida em que se aplicam ao nosso caso.

A primeira parte é uma visão geral, ou um sumário executivo, e está disponível em três idiomas – tétum, português e inglês.

O documento contém uma secção essencial que mostra onde se deve situar a fronteira marítima de Timor-Leste, segundo o direito internacional. Contém ainda um mapa que mostra as reivindicações marítimas de Timor-Leste ao abrigo do direito internacional.

O documento destina-se ao nosso povo e a uma audiência internacional.

Acredito que será uma ferramenta útil para muitos dos nossos convidados aqui presentes hoje, incluindo os membros do Governo, da sociedade civil e da comunidade académica, bem como líderes empresariais.

Cada convidado aqui presente receberá uma cópia do Documento Político. O documento estará igualmente disponível no portal eletrónico do Gabinete das Fronteiras Marítimas.

Encorajo-vos a ler este documento e a partilhá-lo com os vossos amigos. A finalidade do documento é justamente chegar a uma audiência ampla e diversificada.

Gostaria de agradecer a vossa presença e atenção, bem como o vosso apoio aos esforços de Timor-Leste para obter fronteiras marítimas definitivas no Mar de Timor.

Juntos conseguiremos fazer valer os nossos direitos soberanos e asseguraremos o futuro do nosso povo.

Muito obrigado.

29 de agosto de 2016  
Dr. Rui Maria de Araújo